

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO ESTADUAL DO  
MEIO AMBIENTE – COEMA,  
REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE  
2012.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

Aos 24 dias do mês de JANEIRO de dois mil e doze, no Auditório da Secretaria Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, Marco, Belém/PA, realizou-se a 42ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, sob a presidência da **DR. RUBENS BORGES SAMPAIO**, Secretário Estadual de Meio Ambiente interino e com a presença de Conselheiros e convidados: **AMIRALDO DA SILVA PINHEIRO** representante da SESPA, **ALEX FIÚZA DE MELLO** representante da SECTI, **LUIZ AUGUSTO NOGUEIRA MOURA** representante da FIEPA, **ELIANA ZACCA** representante da SAGRI, **JOSÉ JACY RIBEIRO ALVES** representante da FETIPA, **ARMANDO TEIXEIRA SOARES** representante da FAEPA, **MANUEL IMBIRIBA** representante da FETAGRI e como convidados: *José Waterloo Lopes Leal* representante da ONG AMOT, *Ibraim Rocha - PGE/PA*, *Renato Corrêa Lobo- Wtorre*, Luiz Flávio da DIAP/SEMA. Dando início à 42ª Reunião Ordinária do COEMA, passou à seguinte pauta com as palavras da Presidente: **I- Abertura: DR. RUBENS SAMPAIO:** Bom dia a todos os presentes, começamos com as questões discutidas aqui no COEMA, dentro de nossa pauta, uma delas é a mudança na pauta do processo da WTorre que a gente aí verificou que há algumas pendências documentais e nós já conversamos com o representante da WTorre e ele se prontificou de sanear esse problema com relação a documentação que nós detectamos aí, e já foram providenciadas algumas, tratando dessas questões de ART's que foram detectadas no processo do EIA-RIMA e a empresa vai fazer apresentação aqui e a gente vai colocar para a câmara técnica também referendar essas questões referente a essa demanda de documentos que ainda falta sanear, então, a gente já poderia fazer a apresentação? Nós temos também aqui a aprovação das atas da 44ª e 45ª reuniões extraordinárias que foram enviadas aos conselheiros por e-mail para serem aprovadas e agora precisam ser assinadas, a Andresa está com ela nas mãos para a assinatura dos nossos conselheiros. Nós temos aí como ordem do dia a apreciação ao COEMA para discutir a Resolução do excesso de audiências para os grandes projetos que a gente, a SEMA, vem licenciar no Estado e como exemplo a gente tem aí o projeto da CARGIL e nós comunicamos ao Ministério Público que é do interesse do Estado resolver o problema da CARGIL, nós fizemos um ofício do COEMA no dia onze de janeiro e pedimos e pedimos para o Ministério Público, que tem assento no Conselho, que ele se manifestasse com relação a nossa solicitação, então, no momento não tivemos resposta do Ministério Público e eu acho que não tem nenhum representante Ministério Público e a gente precisava resolver as questões do excesso de audiências públicas. **DR. ALEX FIÚZA:** Por uma questão de ordem, por favor. Eu acho que aqui dentro desse conselho as pessoas são muito ocupadas, começou com uma reunião que atrasou uma hora, a pauta que foi colocada praticamente não foi discutida. É o centésimo adiamento dessa questão da WTorre, então como é que se marca? Na reunião retrasada foi transferida, entra sempre em pauta, sempre tem uma pendência e a SEMA nunca resolve essa pendência em tempo hábil e coloca em pauta e suspende, isso é inexplicável! Isso é inexplicável do

48 ponto de vista da seriedade do trabalho de um órgão de Estado, primeiro ponto.  
49 Segundo, o Estado não tem que ser subserviente do Ministério Público, o Ministério  
50 Público tem um papel a cumprir, mas não pode mandar no Estado que não pode ficar  
51 na dependência do Ministério Público. O Estado tem que decidir negociando com o  
52 Ministério Público, mas não dependendo do Ministério Público, senão, não se cumpre  
53 os preceitos constitucionais, o papel do executivo, o que não se pode é servir ao  
54 IBAMA, ao Ministério Público, etc, e aí não se toma uma decisão. Eu vou ficar uma  
55 manhã inteira aqui para não decidir nada mais uma vez, por falta de planejamento, por  
56 falta de seriedade, por falta de condução adequada dos trabalhos que têm que ser  
57 feitos por órgãos do Estado, que deve à sociedade que o mantém os serviços que têm  
58 de prestar. Outra coisa, já não se faz mais ata como está sendo feita, está muito  
59 extensa, tem que colocar o que é essencial dentro da ata, a reunião não pode ficar na  
60 dependência dos membros para fazer quórum, deu quinze minutos tendo que decidir  
61 isso, decide com o quórum que tiver, pois a sociedade não pode esperar pelas  
62 mazelas do Estado, tem que mudar a nossa mentalidade de trabalho, fica aqui o  
63 registro. **DR. RUBENS SAMPAIO:** Obrigado, alguém mais quer se manifestar? **DR.**  
64 **ARMANDO SOARES:** Eu quero endossar tudo que foi falado porque eu acho  
65 realmente que isso é fundamental para que a gente possa realmente trabalhar nesse  
66 órgão e esse órgão funcionar como deve funcionar, nesse conselho nós queremos  
67 realmente ajudar, mas só podemos ajudar se tiver condições, então eu quero  
68 endossar, pois foi muito oportuno o posicionamento do conselheiro, muito obrigado.  
69 **DRA. ELIANA ZACCA:** Faltou a correção na Ata. **DR. ARMANDO SOARES:** Ah, tá.  
70 Correção aqui na linha duzentos e seis e duzentos e sete da ata, em que está o Dr.  
71 Xavier como presidente da FIEPA, é só isso. **DR. RUBENS SAMPAIO:** Obrigado, Dr.  
72 Armando. Bom, com relação ao que o Dr. Fiúza colocou, realmente nós convocamos  
73 essa reunião, o senhor tem toda razão, nós convocamos essa reunião muito em  
74 função de a gente cumprir essa demanda referente principalmente a CARGIL, onde a  
75 gente tem a maior dificuldade de dar andamento nessas questões das audiências  
76 públicas Dr. Alex, e nós deparamos com essa situação do Ministério público que aí  
77 realmente a gente precisava dessa manifestação do próprio Conselho para que a  
78 gente pudesse estar implementando aqui já algumas ações referentes a essas  
79 audiências. Então, a gente abre propostas com relação a essas questões das  
80 audiências. **DR. ALEX FIÚZA:** Como é que se justifica que tenham colocado em pauta  
81 um tema como a WTorre, se tem pendência? Por que se colocou em pauta? **DR.**  
82 **RUBENS SAMPAIO:** Ela também estava em pauta doutor. Um momento que a  
83 Andressa vai colocar a situação. **DRA. ANDRESSA ANDRADE (SECRETARIA**  
84 **EXECUTIVA DO COEMA-SEMA):** Doutor, é porque realmente a nossa ideia era  
85 colocar a apresentação para que já adiantasse, já que houveram essas pendências, a  
86 gente tentasse adiantar os trabalhos da WTorre, justamente pelo fato de já ter entrado  
87 na pauta e da última vez ter sido suspenso, então, hoje o que a gente vai propor é a  
88 ideia de apresentar já e aí vai se fazer uma reunião extraordinária já para deliberar, já  
89 sendo sanadas as questões das pendências dos documentos. **DR. LUIZ MOURA:** Eu  
90 gostaria primeiro de me manifestar sobre a minha satisfação de estar participando  
91 aqui, principalmente, substituindo o Justiniano que sempre deu uma contribuição muito  
92 grande para o COEMA, quero também ratificar apoio às palavras do Dr. Alex Fiúza,  
93 porque realmente uma hora de atraso é uma coisa quase impossível de nós ficarmos  
94 perdendo na nossa vida profissional e privada, mas gostaria, por tocar na WTorre, de  
95 dizer que se for detectado algum problema na documentação a câmara técnica de

96 projetos industriais e infraestrutura não recebeu comunicação a respeito, então, nós  
97 estamos aqui com o relatório elaborado em dezembro que perdeu todo sentido,  
98 validade, mérito, porque nós não sabemos o que é que estava pendente ainda no  
99 projeto da WTorre, nós infelizmente vamos ter que fazer uma nova reunião da câmara  
100 técnica, depois que a SEMA fizer seu relatório de adimplência de toda documentação,  
101 obrigado. **DR. RUBENS SAMPAIO:** Seja bem-vindo ao conselho, nós vamos fazer  
102 uma explicação aqui, eu vou pedir para o Dr. Luiz Flávio chegar até aqui a frente. Dr.  
103 Leal, pode fazer suas colocações que é o tempo do Dr. Luiz Flávio chegar aqui para a  
104 gente tratar do assunto. **DR. JOSÉ LEAL:** Bom dia a todos, eu gostaria de fazer uma  
105 abordagem muito rápida sobre essas questões levantadas pelo Dr. Alex. Em primeiro  
106 lugar eu entendo quê nós estamos realmente adiando ou transferindo muitas reuniões  
107 e quando se aprovou aquele calendário, tenho certeza que todos nós procuramos  
108 adequar nossas agendas a esse calendário, então eu gostaria de pedir que a gente  
109 evite ao máximo de adiar ou mudar de data ou antecipar também, porque isso  
110 atrapalha um pouco a nossa vida profissional e eu mesmo tinha uma viagem ontem  
111 que eu tive que adiar porque acabou acontecendo essa reunião, com relação à  
112 questão da WTorre eu concordo em parte com o que o Dr. Alex colocou, mas, eu que  
113 participei efetivamente dessa questão e levantei essa ausência de uma documentação  
114 que eu considero fundamental porque é um cumprimento a legislação, eu entendo que  
115 as vezes essa questão pode passar despercebido e é o que está acontecendo e eu  
116 até já pedi quando exercia a vice-presidência do CREA, no ano de 2010, eu cheguei a  
117 solicitar por escrito para a SEMA que atentasse para essa questão do cumprimento de  
118 algumas leis que tratam da questão profissional, da competência profissional, da  
119 competência empresarial e da situação daquela empresa ou daquele profissional  
120 dentro do projeto que ele está se propondo a elaborar, mas eu gostaria de reforçar  
121 essa questão agora, Dr. Rubens, e eu sei da sua seriedade, eu sei da sua  
122 competência, que essa questão fosse tratada e saísse uma orientação realmente, não  
123 sei por qual departamento, se o protocolo, enfim, para que essa questão fosse sanada  
124 no início do processo e atualmente eu quero levantar a questão da CARGIL, pois, a  
125 CARGIL enfrentou o mesmo problema, ela chegou a ser pautada em 2010, se eu não  
126 estou enganado fim de 2010, e teve que ser retirada de pauta porque ela padecia de  
127 uma situação semelhante que a WTorre, então, eu solicito que isso realmente não  
128 precise mais se repetir, até porque está atrasando não só o nosso trabalho, como  
129 também provocou o adiamento na nossa reunião, era só isso que eu teria a colocar.  
130 **DR. ALEX FIÚZA:** Olha, eu acho que nós temos que repensar realmente em toda  
131 concepção de Estado, de concessão a licença ambiental. Há questões que são  
132 fundamentais e há questões que são secundárias, secundárias em que sentido? Que  
133 não são importantes, mas não podem de *per si* impedir o licenciamento. Quantos dão  
134 licenciamento e dão um tempo para a empresa regularizar certa documentação, e o  
135 interesse da sociedade não é considerado? Quer dizer, todos os interesses  
136 corporativos do CREA e etc já são considerados e os da sociedade não! Quando é  
137 para o CREA se manifestar quando o edifício está caindo em Belém ele fica calado!  
138 Quando é um problema com algum profissional que está lá na empresa ele embarga  
139 um projeto como esse, são dois pesos e duas medidas. Então, as corporações agem  
140 sempre assim é a lógica da corporação, né? Quando recai sobre um membro da  
141 corporação, silêncio. Quando é contra o outro então, se impede as coisas e o projeto  
142 vai ser adiado e a sociedade esperando e o problema social se acumulando e a  
143 burocracia está insensível a isto, quer dizer, está tudo errado, absolutamente errado!

144 Nós estamos impedindo os projetos, não por questões essenciais, mas secundárias,  
145 do ponto de vista do interesse social, global, então, certas vão ter que ser liberadas e  
146 dar um tempo de noventa dias para a empresa se adequar, senão, cancele o  
147 licenciamento, suspende a obra, mas não impede ela de iniciar. Isso aí tem que ser  
148 revisto, nós temos projetos que passaram anos por causa de um detalhe, por causa de  
149 não sei o quê, coisas que não são fundamentais, porque a câmara técnica já aprovou  
150 o projeto e aí vem lá o burocrata e diz: “falta documento X”, então, libera e diga que  
151 tem noventa dias para apresentar o documento senão será embargada a obra,  
152 suspende, mas não impede de ela começar. Quer dizer, não conta o interesse da  
153 sociedade, conta os interesses das corporações, da burocracia, do legalismo, do  
154 formalismo, mas não da sociedade. O quê que é preservação ambiental, ou seja,  
155 nesse sentido? É que umas são fundamentais e outras não são fundamentais e que  
156 não podem embargar o início de uma atividade produtiva, essencial para uma  
157 comunidade. Eu não estou discutindo a empresa, pode, pode ser a empresa A ou a  
158 empresa B, não é isso! É a sociedade local que precisa disto. **DR. RUBENS**  
159 **SAMPAIO:** Obrigado. Manifeste-se, Dr. Leal. **DR. JOSÉ LEAL:** É, embora aqui esse  
160 fórum não seja para a gente polemizar. **DR. ALEX FIÚZA:** Mas é também para  
161 polemizar, me desculpe. **DR. JOSÉ LEAL:** Eu tenho que realmente dar uma  
162 explicação e que talvez seja fundamental. A questão que o CREA levantou e hoje eu  
163 não falo em nome do CREA, porque o meu mandato já venceu, mas em 2010 ou em  
164 2011, que eu não me lembro do ano agora, que aconteceu a questão do Real Class, o  
165 CREA não só se manifestou e nessa altura eu estava no CREA. **DR. ALEX FIÚZA:** Na  
166 hora da Porte ele ficou calado. **DR. JOSÉ LEAL:** Um minutinho Dr. Alex, eu ouvi o  
167 senhor quieto e gostaria de pedir isso. Eu entendo que nós não podemos atrapalhar a  
168 sociedade, mas nós temos que cumprir leis, a legislação é muito clara nessas  
169 questões das ART'S, muito clara, a SEMA não deveria nem ter recebido o projeto da  
170 WTorre, porque o projeto estava incompleto e a legislação é muito clara e didática, ela  
171 expõe que os projetos sem a responsabilidade técnica comprovada e competente não  
172 podem ser analisadas e é por isso que eu tenho levantado essa questão aqui  
173 constantemente para que o protocolo da SEMA, e isso é uma sugestão, pois não  
174 tenho nenhuma influência na SEMA, que o protocolo da SEMA fizesse essa triagem,  
175 quando eu estava no CREA chegamos a sugerir um convênio e nesse convênio nós  
176 nos propomos até se fosse o caso treinar o pessoal do protocolo de forma que eles  
177 ficassem não só com acesso às informações que o CREA dispõe como também já em  
178 condições de recusar, orientando, obviamente, o empreendedor da sua pendência,  
179 então eu volto a essa questão, não querendo polemizar, viu Dr. Alex, mas é  
180 fundamental que a gente exponha essa questão, porque parece que o CREA levantou  
181 essa questão ou teria levantado por interesse próprio, não é, até porque uma ART  
182 custa trinta reais, não é essa a questão. A questão é que para depois a gente possa  
183 realmente ter de quem cobrar responsabilidade, era só isso. **DRA. ELIANA ZACCA:**  
184 Bom dia Dr. Rubens, é eu tenho a impressão que nós temos dentro do Estado uma  
185 burocracia que realmente emperra o processo, não é só na SEMA, eu acho que a  
186 administração estadual, federal, municipal, ou seja, tem muita burocracia, agora nós  
187 temos que correr atrás do prejuízo, tentar rever procedimentos, agilizar fluxos, porque  
188 não é possível, por exemplo, que uma empresa que queira se implantar aqui e nós  
189 temos exemplo disso, passar dois anos tentando obter uma licença ambiental e não  
190 consegue, quer dizer, uma empresa que queria plantar aqui açaí, isso no passado,  
191 não foi nessa gestão de agora, passou dois anos para conseguir essa licença

192 ambiental e não conseguiu e foi plantar no Tocantins, então, hoje o nosso açaí já está  
193 lá na Bahia, em função de que você privilegia processos e não resultados. Se você der  
194 uma olhada na questão da evolução do PIB do Estado, de 2007, 2008 e 2009, dos  
195 resultados, 2009 foi queda geral em todos os setores, o setor agropecuário está  
196 acumulando queda de mais de dez por cento, quando é um setor que é a base da  
197 nossa economia e não se colocou nada em troca aí, você tem municípios, como outro  
198 dia foi procurado pelo governo do Estado, municípios como Tailândia que estão sem  
199 opções econômicas, quer dizer, você dizima uma atividade sem lhe dar outra  
200 substituta, então nós temos que pensar na questão ambiental, mas também pensar  
201 como uma questão de desenvolvimento, nós não podemos ficar reféns só de uma  
202 legislação que é extensa, complexa, detalhista e que é anacrônica, absurda, então nós  
203 temos que ver, respeitando os limites da lei, para ver caminhos para a gente burlar.  
204 Quando o governador lançou ano passado aquela simplificação de licenciamento para  
205 CAR, a SEMA que até então vinha fazendo o CAR via internet, independente do  
206 tamanho da propriedade, criou um bloqueio, criou filtro dentro do sistema que só  
207 permitia até trezentos, depois do governador ter assinado um decreto para simplificar.  
208 Então tem exigências que são absurdas no licenciamento, a ponto que você tem uma  
209 nesga de um terreno que tem uma fauna e o cara diz: “não, é porque tem um animal lá  
210 que está em extinção”, mas se ele for defeituoso não vai poder passar? Então nós  
211 temos que optar, ou nós criamos realmente níveis de atividades econômicas e  
212 emprego e renda para esse Estado ou nós ficamos reféns de uma questão ambiental  
213 que nós não queremos, não é que nós queiramos ignorar, mas nós temos que colocar  
214 dentro do limite do bom senso e do que é possível. **DR. ALEX FIÚZA:** Pelo que tudo  
215 indica isso aqui continua um cartório, ainda que tenha saído da página policial que não  
216 resolveu o problema que existe. Concordo inteiramente com o que ele disse lá, não  
217 tinha que está na pauta! Entra na pauta e sai da pauta e continua faltando documento,  
218 isso é uma brincadeira! Não tem que ter reunião então! Realizar reunião só quando as  
219 coisas tiverem resolvidas. Agora é insustentável o que está acontecendo na SEMA,  
220 insustentável! Eu sinto que vim aqui é quase inútil, vim à reunião do COEMA é quase  
221 inútil, tem coisas mais importantes para fazer do que vim aqui e não decidir nada,  
222 porque nem o governador está mandando na SEMA, nem um decreto pesa dentro da  
223 SEMA. É um problema cultural de fundo nesta secretaria, de fundo. Eu como  
224 Secretário de Estado, onde estiver, vou dizer isso ao governador e vou bater nesta  
225 tecla. A SEMA é um empecilho ao desenvolvimento do Estado do Pará, tem sido  
226 empecilho para o desenvolvimento do estado do Pará. Eu sei do esforço que a  
227 secretária Teresa fez, avançou coisas, porém, mudar a cultura é complicado, mudar  
228 práticas é complicado, isso aí, ou resolvemos isso ou o conselho tem um peso nesse  
229 sentido ou a burocracia da SEMA cumpre o que o conselho determina ou o poder  
230 paralelo é insustentável, não pode ser aceito, o poder paralelo aqui dentro não pode  
231 ser aceito, de quem não tem visão estratégica, de quem não tem compromisso com a  
232 sociedade, de quem não tem compromisso com o desenvolvimento do Estado, de  
233 quem fica no seu cartório com um poderzinho local sem exercer, em razão de quê eu  
234 não sei, aliás, os jornais já estamparam muitas vezes a razão do quê tem acontecido  
235 aqui dentro, o que é lamentável e inaceitável e fica aqui o registro. **DR. ARMANDO**  
236 **SOARES:** Eu sempre escrevo meus artigos contra o ambientalismo por justa razão.  
237 Então hoje quem sustenta o Brasil é o setor rural, não vou dissertar sobre isso, porque  
238 eu não tenho conhecimento disso. Funciona no sul, funciona no sudeste, funciona no  
239 centro-oeste, mas não funciona aqui e a lei é a mesma. Então alguma coisa está

240 errada. Tem que ser modificada. Quer dizer, lá o empresário, produtor é tratado de  
241 uma maneira extraordinária, porque produz alimentos, ele produz divisas, ele produz  
242 desenvolvimento e aqui não. Eu acho que realmente isso tem que acabar  
243 definitivamente, ou então esse órgão tem que ser extinto, porque não tem serventia  
244 nenhuma. É essa, vamos dizer radicalmente falando, seria isso. Mas eu acho que a  
245 gente não pode brincar com o desenvolvimento. O Pará recebe 9 milhões de reais do  
246 governo federal, ou seja, de Estados que são auto-sustentáveis, manda 2 milhões de  
247 reais e tem um deficit de 7 milhões. Ora, quem tem um deficit de 7 bilhões não tem  
248 sustentação, se não tem sustentação a única coisa que pode eliminar isso no tempo é  
249 o processo de desenvolvimento contundente. Isso não está sendo feito. Então eu acho  
250 que esse órgão tem realmente uma importância muito grande na medida em que ele  
251 está travando o processo de desenvolvimento econômico do Estado do Pará. **DR.**  
252 **RUBENS SAMPAIO:** Alguém mais para fazer alguma colocação. Bom, concernente  
253 ao que o Dr. Fiúza colocou em parte eu concordo e em parte eu discordo, até porque  
254 eu estou fazendo parte desse processo. Todos são conhecedores do que aconteceu,  
255 principalmente no ano de 2010, referente à Sema. Realmente nós tínhamos aqui duas  
256 SEMAS, a SEMA que tramitava os processos e a SEMA que cuidava de outras coisas,  
257 de interesses de grupos aqui dentro. Infelizmente no serviço público, de um modo  
258 geral, não só na SEMA, mas teve problemas de desvio de conduta. A SEMA estava  
259 muito em foco em função do que vinha acontecendo, em função da importância desse  
260 órgão, no que diz respeito ao licenciamento, as atividades e o porte das atividades que  
261 vinham sendo licenciados. A questão florestal como foi passada para este órgão pelo  
262 IBAMA, foi passada de uma só vez e a SEMA não estava preparada. Então por isso  
263 que a gente teve aí, e praticamente todos que passaram pela gestão tiveram  
264 problemas, com raras exceções, isso independentemente de governo. Então a gente  
265 como conhecedor dessa situação toda, até como usuário do sistema, porque eu vinha  
266 como consultor e fui convidado para fazer parte dessa equipe para a gente fazer as  
267 mudanças. Como foi colocado pelo Dr. Fiúza, realmente a Dra. Teresa fez um trabalho  
268 aqui, que a gente conseguiu tirar das páginas policiais. Aqui dentro da SEMA tinham  
269 diversos grupos de pessoa que faziam um poder paralelo. Então a gente conseguiu  
270 sanear parte disso. Não zeramos a questão da corrupção que é muito difícil no serviço  
271 público como um todo, mas nós conseguimos com muita dificuldade. Quando se trata  
272 de quadrilhas, inclusive de quadrilhas poderosas, que mexem com grande quantidade  
273 de dinheiro recursos da madeira, um grande vilão, nós lidamos com situações muito  
274 complicadas. A Dra. Teresa recebeu diversas ameaças em função do trabalho que  
275 vinha sendo implementado aqui em 2011. Nós temos alguns problemas sim. A  
276 secretaria passa por um processo de reestruturação onde a gente herdou esse  
277 passivo e a gente está tentando colocar em ordem a casa, ainda a questão de  
278 fluxogramas, de padronização de procedimentos. Há poucos dias eu conversei com o  
279 Dr. Colares, que hoje saiu a sua publicação da nomeação dele como Secretário de  
280 Estado de Meio Ambiente, e nós há dias estamos tendo uma conversa referente a  
281 tudo que está acontecendo na SEMA e o que nós já fizemos. E passa por uma  
282 questão de a gente fazer a reestruturação do órgão. Nós recebemos um órgão  
283 esfacelado em toda sua totalidade. Aqui a gente tem desde, o que a Dra. Teresa  
284 sempre colocava, desde o ponto de taxi da entrada da SEMA até o gabinete. Então a  
285 gente todo tempo tem que fazer toda uma mudança, inclusive uma mudança de  
286 consciência, mas aproveitando o que tinha de bom, valorizando as pessoas que  
287 tinham sido deixadas de lado, esquecidas e as trouxemos para fazer parte dessa

288 equipe. Pessoas de histórias com o Estado, com mais de vinte anos e esse trabalho,  
289 ele é longo. E a gente tem o entendimento também de que a gente precisa do COEMA  
290 para dá esse suporte nessa reestruturação. E em muitas das conversas que eu tive  
291 com a Dra. Teresa pertinentes às demandas da SEMA ou até o próprio dia-a-dia, eu  
292 sempre coloquei pra ela que muitas dessas questões a gente vai resolver no COEMA.  
293 “Doutora precisamos resolver no COEMA essas situações”. Porque a gente entende  
294 que o COEMA é que vai referendar essas modificações que a gente precisa fazer. E  
295 passa todo por um arcabouço legal, nós temos aí hoje resoluções, que são resoluções  
296 que vem do CONAMA que de certa forma engessam o setor produtivo em  
297 determinadas atividades e são resoluções que foram criadas, foram elaboradas para  
298 atender uma demanda realmente regional, como o Dr. Armando colocou agora, que lá  
299 no sudeste e no sul ou outra Região do Brasil tem essa questão de lá funcionar e aqui  
300 não funciona, mas se a gente for mais a fundo nessa questão da elaboração dessas  
301 resoluções, da legislação de um modo geral, elas foram criadas realmente para  
302 atender a demanda das necessidades das outras regiões. A Amazônia foi considerada  
303 como uma coisa intocada e a gente tem milhares e milhares de pessoas morando  
304 aqui, que precisam exercer suas atividades, o Estado precisa dar essa resposta com  
305 relação a essas pessoas que vem aqui implementar suas atividades e a gente entende  
306 isso e tenta fazer o trabalho dessa forma. A reestruturação está acontecendo, mas  
307 infelizmente ela não acontece na velocidade de que o Estado precisa, mas a gente  
308 tem implementado isso. Então todas essas mudanças, a própria vinda do Dr. Colares  
309 para a SEMA é para implementar essas modificações. A SEMA ela é deficiente de  
310 tudo, Dr. Fiúza. A gente tem um jurídico com uma equipe pequena, que a gente hoje  
311 tem a Dra. Lílian, que veio dar esse suporte para a gente, porque a gente precisa de  
312 uma PGE aqui dentro ou de a gente está na PGE, porque os nossos consultores têm  
313 as limitações deles, não é como um procurador que foi preparado para isso e voltado  
314 para as questões ambientais, como a gente tem a Dra. Lílian, que tem resolvido  
315 muitas questões nossas aqui. Mas nós temos uma deficiência enorme, os processos  
316 estão se acumulando na nossa consultoria jurídica, os processos estão se  
317 acumulando no nosso GEOTEC que é análise espacial, em todas as Diretorias nós  
318 estamos com problemas de estrutura. Então isso foi repassado par o Dr. Colares e o  
319 governador precisa realmente tomar uma medida mais séria com relação a SEMA.  
320 Isso foi proposto para o doutor Colares e ele deve passar para o governador  
321 provavelmente nesses próximos dias. Então a gente tem esse conhecimento, essa  
322 necessidade, a sua colocação Dr. Fiúza é pertinente, vem mostrar a nossa realidade.  
323 Mas nós estamos tentando. Eu sei que de boas intenções o inferno está cheio, mas a  
324 gente está aqui para isso, pra escutar, para está a disposição, para receber as  
325 propostas, para melhorar o órgão, principalmente dos nossos conselheiros aqui do  
326 COEMA. E tem uma questão que é importante também, a gente faz questão de  
327 colocar. Infelizmente, essa constatação eu fiz há uma semana atrás, que nós temos  
328 aqui uma deficiência ainda mínima que acaba acarretando isso tudo. Nosso protocolo  
329 recepciona determinados documentos aqui, que vem nos processos, sem um  
330 checklist. Isso eu já tinha colocado anteriormente para a Dra. Teresa, que isso vinha  
331 causando problemas ao longo dos anos na SEMA. Então, muitos processos que tem  
332 aqui acumulado nos nossos arquivos, estão aí arquivados diversos processos e outros  
333 em tramitação, é em função de falta de documentação. Se você for analisar os  
334 processos que a gente poderia colocar alguns até para o COEMA mesmo, para a  
335 gente está discutindo, determinados processos importantes. Agora mesmo, nós

336 tivemos aqui indeferido um processo que a gente está discutindo ainda que seja a  
337 questão relacionada ao lixão do Aurá. O que aconteceu? O prefeito já foi chamado  
338 duas vezes aqui, nas duas vezes que ele esteve aqui na reunião com a Dra. Teresa,  
339 quando se tocava no lixão no Aurá, ele desviava para o projeto Orla. Quer dizer, o  
340 lixão está aí com problemas seríssimos e o processo indeferido aqui dentro. Nós  
341 vamos dar um prazo ainda, em função de que a gente tem que comunicar o Ministério  
342 Público também, a gente tem que está tratando essas questões, está comunicando o  
343 Ministério Público, por quê? Porque a Prefeitura de Belém não cumpriu com os prazos  
344 que foram dados pela SEMA para fazer as mínimas adequações para transformar o  
345 lixão do Aurá, em um aterro controlado a céu aberto. Então essas questões, eu estou  
346 citando só exemplo da cidade, da Prefeitura de Belém. Nós temos aqui uma  
347 quantidade enorme de processos que estão faltando documentos, em função de uma  
348 falha da SEMA, e é uma falha que já vem de muitos anos. Essa estrutura não foi  
349 preparada adequadamente para receber o processo e está licenciando. Então a gente  
350 tem uma falha de protocolo, a gente tem uma falha na análise técnicas, nas análises  
351 jurídicas do processo. Então a gente está fazendo uma readequação e é muito lento  
352 esse processo. Infelizmente a gente passa pela burocracia também, e passa também  
353 pelas questões de governabilidade, em função até próprio recurso. O estado ficou em  
354 uma situação muito complicada em 2011 com relação a recursos, foi preciso o  
355 governador fazer determinadas medidas, que todos conhecem e aí passa por uma  
356 questão de estrutura da SEMA , desde contratações, concurso, uma nova modelagem  
357 de administração. Mas eu vou passar a palavra par o Dr. Luiz Flávio para ele colocar  
358 aqui a questão da Cargil, da WTORRE. **LUIZ FLÁVIO (DILAP):** Bom dia a todos! O  
359 processo da WTORRE, a informação passada pela técnica é que na realidade com  
360 anexo do processo constam as ART'S dos profissionais que elaboraram o estudo e os  
361 outros documentos dos demais conselhos de classe, tem geólogos, tem outros  
362 profissionais que assinam os estudos. Então o que pode está faltando, e aí o pessoal  
363 da WTORRE pode confirmar isso, é a validação junto ao CREA de Belém, aqui no  
364 Estado do Pará, porque no caso os estudos os estudos foram elaborados em outros  
365 Estados conseqüentemente as ART'S foram emitidas no Estado de origem, o que não  
366 invalida o Estudo. O que precisa ter é a validação pelo CREA local, no caso aqui no  
367 Estado do Pará. E a informação é essa de que dentro do processo constam as ART'S,  
368 talvez falte esse detalhe de validação aqui no estado do Pará. **DR. ALEX FIÚZA:**  
369 Como você ver é uma questão simples. Coloque-se, aprove-se ou não, aprove-se a  
370 questão do mérito, não desse detalhe, e dê um prazo para que seja regularizado junto  
371 ao CREA. Isso aí é fundamental. **DR. LUIZ MOURA:** Aqui também há uma questão de  
372 procedimentos. Quando se apresenta um projeto ao CREA para registro de ART'S não  
373 há nenhuma análise do projeto, nenhuma. É um carimbo, assinatura, está registrada, a  
374 ART está feita. É isso que acontece. Então, nós estamos aqui em um Conselho de  
375 Meio Ambiente, aqui e que se deve definir se o projeto está de acordo com a  
376 legislação, com os parâmetros exigidos pelo meio ambiente e em defesa do Meio  
377 Ambiente. Agora a assinatura do CREA, vamos dizer que aqui na SEMA se dissesse:  
378 “Esse projeto não vale”, mas ele está registrado no CREA, o que vai acontecer?  
379 Então, não faz sentido nós dependermos do CREA. Sim, nós precisamos ter projetos  
380 registrados pelo CREA com ART'S e tudo isso, mas para estudo de viabilidade quanto  
381 ao meio ambiente, em nada soma a assinatura do CREA, o registro do CREA.  
382 Absolutamente nada. **DR. JOSÉ LEAL:** Eu vou fazer uma colocação em cima do que  
383 foi abordado. Na verdade o CREA é uma Instituição. Antes de mais nada, eu não falo,



384 não tenho procuração de falar em nome do CREA. Eu sou hoje apenas um profissional  
385 ligado ao CREA, mas não posso desconhecer pelo tempo que passei lá. O CREA é  
386 uma Instituição profissional, um Conselho profissional, ele não analisa projetos, claro,  
387 não é a missão dele. A missão do CREA é analisar se o profissional que assina  
388 qualquer projeto, ou parecer, ou relatório, ele tem competência para assinar e se a  
389 empresa que se propõem a realizar qualquer tipo de trabalho está habilitada para isso.  
390 O CREA não analisa projetos realmente, quem analisa são as Secretarias Municipais,  
391 Secretarias Estaduais, etc. Mas a cobrança de responsabilidade que protege a  
392 sociedade, essa é dada pelo CREA sim. E tem que fazer cumprir sim a legislação que  
393 estabelece que todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação  
394 de quaisquer serviços profissionais referentes à engenharia e agronomia, fica sujeito a  
395 anotação de responsabilidade técnica. É só assim que a gente pode proteger a  
396 sociedade, não tem outra forma. Porque nós sabemos que o CREA detém essa  
397 informação de saber se aquele profissional realmente tem competência para assumir  
398 aquela responsabilidade. Por outro lado Dr. Luiz Flávio o que está anexado ao  
399 relatório da WTORRE é as anotações de responsabilidade técnica dos coordenadores,  
400 que a SEMA pediu. A relação dos profissionais, e eu até passei para o doutor Renato,  
401 se eu não estou enganado é a relação dos profissionais que estão destacados no  
402 relatório como autores do EIA e RIMA. Então, esses e que precisam apresentar aos  
403 senhores as ART'S, não são os coordenadores, nem os diretores da WTORRE, são os  
404 profissionais que elaboraram o EIA e RIMA e isso é lei, e lei no mundo inteiro tem que  
405 ser cumprido, se não a gente volta à época dos Mouros, quem for mais rápido leva.  
406 Obrigado! **CONVIDADO PINOÉ AZEVEDO:** Sou Presidente da Associação  
407 profissional dos Geólogos da Amazônia e conselheiro do CREA, e aqui eu ia fazer a  
408 fala que o Leal já fez. Na verdade ele colocou tudo o que eu ia colocar. É competência  
409 do CREA verificar a competência profissional e quem está assinando as ART'S e  
410 proteger a sociedade. Então Leal muito obrigado pela sua fala que antecipou a minha.  
411 **DR. MANUEL IMBIRIBA:** Com relação a WTORRE eu acho que esse Conselho tem  
412 uma grande missão, um grande compromisso, desafio e também uma grande  
413 responsabilidade. Então eu acho que os processos que estão finalizados aqui e que  
414 vem para licenciar e aprovação aqui nesse conselho tem que está completo com a  
415 documentação. Então, a FETAGRI ela não concorda que se vote processo com a  
416 pendência de documentos. Até porque nós estamos também penalizados. Se o Dr. for  
417 olhar nós temos aqui “enes” processos de licenciamento ambiental, principalmente da  
418 reforma agrária e estamos esperando que a SEMA possa agilizar esse processo.  
419 Então, nós não concordamos que se votem qualquer tipo de processo aqui com  
420 pendência de documento. Então, se está faltando esses documentos do CREA, que a  
421 WTORRE providencie e traga para a gente colocar em votação e apreciação. **DR.**  
422 **RENATO LOBO representante da WTORRE:** Bom dia! Obrigado a todos pela  
423 presença. Primeiramente eu queria esclarecer que a gente, final do ano passado,  
424 estava pleiteando uma pauta de convocação do Coema para que a gente tivesse  
425 nossa inclusão, porque a gente já julgava que todas as etapas do nosso processo já  
426 haviam sido suplantadas, já estaríamos com a documentação e apta para apreciação.  
427 Teve algumas deliberações finais da Câmara Técnica que necessitavam de  
428 esclarecimento da nossa parte e quando chegou ao mês de dezembro a gente  
429 realmente entendia que tinha suprido todas as necessidades que o Órgão tinha  
430 cotado. Naquela ocasião, nosso projeto acabou não sendo apresentado por outro  
431 motivo, porque um dos representantes que deveriam fazer a apresentação da Câmara

432 Técnica ficou impossibilitado de comparecer e não houve tempo hábil de fazer uma  
433 reconvocação e o suplente não estava ainda nomeado. Teríamos apresentado na  
434 ultima convocação se não tivesse havido esse problema, mas acabou culminando com  
435 esse fato, doutor Leal chamou atenção para o problema que nós havíamos atentados  
436 para isso que as ART'S que nós havíamos fornecido é só de coordenação e numa  
437 equipe de EIA/RIMA trabalham uma série de profissionais, multidisciplinar. A própria  
438 legislação pede que o empreendedor apesar de ser o patrocinador de todo o processo  
439 e quem custeia os estudos de EIA/RIMA, ele deixa a empresa contratada bem à  
440 vontade para compor a equipe dela da forma como ela acha é necessário e dá seu  
441 parecer, seja ela favorável ao empreendimento, seja ele contrario ao empreendimento,  
442 a gente não entra muito nessa seara. Quase toda interlocução é feita durante esse  
443 processo de apresentação pela empresa que tá capitaneando o estudo. O doutor Leal  
444 apresentou a listagem que ele havia conferido junto ao CONFEA e de fato alguns dos  
445 profissionais que estavam arrolados ali, eles não estavam com visto no Estado do  
446 Pará, isso é uma irregularidade que a gente precisou correr atrás para suprir. Os  
447 profissionais em sua grande maioria são oriundos do CREA de Minas Gerais e alguns  
448 do CREA de Goiás e uma parte deles já estavam com o visto regularizado aqui. Então,  
449 nesse meio tempo nós nos propusemos a suprir essa deficiência de documentação,  
450 reunimos todo o pessoal novamente, entramos em contato com eles, culminou com o  
451 período de férias, mas eu trouxe uma complementação de documentação. Por  
452 resumo, o status disso é o seguinte: De todos os profissionais listados no nosso  
453 EIA/RIMA onze são passivos de fiscalização pelo CREA que são os geólogos, os  
454 geólogos, os engenheiros civis, agrônomos, arquitetos e tudo mais. E desses onze a  
455 gente tem ainda, contando com a documentação que eu vou apresentar hoje, eu ainda  
456 estou com a pendência de obtenção de visto de dois profissionais, um é oriundo do  
457 CREA Goiás e outro é oriundo do CREA de Minas Gerais, lês estão em viagem. Um  
458 responsável pelo estudo de metamofauna e outro pela caracterização do  
459 empreendimento, são dois tópicos importantes do estudo, e enfim um trabalhava na  
460 Fundação de Medicina Tropical do Estado do Tocantins não está mais lotado lá e a  
461 gente está entrando em contato com o departamento de recursos daquela Instituição  
462 para que a gente possa resgatar o contato dele e localizar, se não a gente vai fazer  
463 isso através do CREA de origem dele. Então com a documentação que eu estou  
464 apresentando hoje dos onze profissionais, eu vou ficar com duas pendências ainda e  
465 pediria que vocês me dessem mais um prazo para complementar essa documentação.  
466 Mas eu acho que ela fica toda esclarecida tanto no que diz respeito à expedição das  
467 ART'S, quanto no que diz respeito ao visto do CREA. **DR. LUIZ MOURA:** Uma  
468 pergunta para SEMA. Eu gostaria de saber se está falta de documentação e essa  
469 complementação agora prejudica de alguma forma os relatórios técnicos e a análise  
470 do projeto? Técnico e Jurídico? **DR. RUBENS SAMPAIO:** Bom, na parte técnica não  
471 fica prejudicado em função de que já registrado no processo, ficaríamos prejudicado  
472 na parte jurídica, faltando apenas a complementação de dois ART'S. **DR. ALEX**  
473 **FIÚZA:** A questão é uma questão de lógica de abordagem. Em nenhum momento eu  
474 defendi que não houvesse a subordinação ao CREA, o que eu disse é que não  
475 precisaria a priori, dado que esses profissionais possuem registro em outros Estados,  
476 e portanto tem conhecimento profissional é uma questão bom senso. Sabemos que  
477 tendencialmente todos serão válidos, atrasar um projeto por isso, que é uma questão  
478 de tempo, porque não postergar apenas a apresentação do pleno *a posteriori*. Nós  
479 temos a segurança, em principio, técnica de que esses profissionais têm registro, é

480 uma questão burocrática. Nesse caso a decisão apenas da validação burocrática,  
481 porque vai ser apenas validado pelo CREA. Não impediria o Início das atividades, é  
482 uma questão de bom senso. Não há dúvida sobre a capacidade desses profissionais é  
483 apenas uma questão de registro burocrático. Eles estão registrados em outros  
484 Estados, até com desempenho acadêmico e de formação mais avançados do que o  
485 Pará, como é o de Minas Gerais. Não há perspectiva de não reconhecimento desses  
486 profissionais, porque não temos os registros deles todos aí. Nós vamos adiar por  
487 causa disso? Não, aprova-se e submeta-se dando mais um prazo para a empresa  
488 apenas trazer os dois que faltam e resolve isso, já tendo aprovado aqui no COEMA.  
489 Vamos esperar mais um mês, dois meses, e fica tudo parado por um detalhe como  
490 esse que não é fundamental. Ainda que seja legal, mas o legal está respaldado a  
491 priori, sabemos que vai ser resolvido. É uma questão de bom senso. **DR. JOSÉ**  
492 **LEAL:** Eu gostaria, a título de esclarecimento, que o artigo 68 da lei 5.194/66 “as  
493 autoridades administrativas e judiciárias, as repartições estatais, para estatais,  
494 autárquicas ou de economia mista não receberão estudos, projetos, laudos, perícias,  
495 arbitramentos ou quaisquer outros trabalhos sem que os autores, profissionais,  
496 pessoas jurídicas façam prova de estar em dias com o pagamento de suas anuidades.  
497 Veja bem, o que estou querendo mostrar aqui é que juridicamente, e aí o bom senso  
498 também tem que prevalecer, esse projeto da WTORRE tem mais de, não sei o doutor  
499 Renato pode confirmar, quantos anos doutor? Ele foi dado entrada em 2009. **DR.**  
500 **JOSÉ LEAL:** Dois mil e nove!? Então nós teríamos tempo suficiente para ter sanado  
501 essa questão. O que nós precisamos ter cuidado é não deixar de cumprir alguns  
502 aspectos legais, porque deixam o projeto em situação de ser colocado em xeque por  
503 uma questão de legalidade sim. As questões são resolvidas muito rapidamente, não  
504 só as questões de vistos, como também tem encontrado profissionais sem registro  
505 profissional como os técnicos, perdão, bacharéis sem registros. Então é uma questão  
506 que gente, essa questão junto ao Conselho não atrasa projeto, isso é muito rápido. Eu  
507 acho que não é essa questão. O que nós precisamos é evitar que a gente chegue aqui  
508 e esteja perdendo hoje duas horas discutindo essa questão. Isso então, não precisava  
509 ter realmente esse prejuízo todo. **DR. RUBENS SAMPAIO:** Colocação do Dr.  
510 Armando e a gente abre para votação. **DR. ARMANDO SOARES:** Eu queria pedir  
511 desculpa, mas eu vou ter que me ausentar que eu tenho um compromisso inadiável e  
512 eu mediante aquilo que nós temos aqui, competência para tratar aqui no COEMA, eu  
513 vou conversar com o Xavier, porque eu acho que é melhor que a gente faça isso  
514 registrando, trazendo registro disso para que possa ter, vamos dizer assim, maior  
515 praticidade naquilo que nós temos de visão de necessidade a respeito de evitarmos  
516 problemas. Então eu queria pedir desculpas a todos aqui e vou me preparar para ver  
517 se na próxima reunião a FIEPA traz alguma coisa já escrita, porque eu acho que a  
518 partir daí, então nós temos um ponto referencial para está cobrando. **DR. RUBENS**  
519 **SAMPAIO:** Obrigado, Dr. Armando. Podemos abrir para votação essa situação da  
520 WTORRE. Quem for a favor. Então antes poderia apresentar ou não, vocês preferem  
521 que seja feita a apresentação antes ou a gente já voltaria para a votação. **DR. LUIZ**  
522 **MOURA:** É uma questão de ordem, essa vai ser a terceira vez que eu vou ver essa  
523 apresentação em um mês de COEMA. Então eu acho, eu não sei o Renato pode até  
524 confirmar isso, mas o que eu gostaria antes de fazer qualquer voto de ler o voto, é  
525 uma coisa rápida, da Câmara Técnica que analisou todo o dossiê para poder mostrar  
526 o que nós definimos como representantes da SEDECT, da SESPA, FETIPA e a  
527 FIEPA. Se me permitirem eu leio, são três parágrafos. Senhor Presidente, Senhoras

528 Conselheiros a Câmara Técnica Permanente de Projetos Industriais e Infra- estrutura  
529 após análise do pleito da empresa WTORRE Parauapebas Empreendimentos  
530 Residenciais Ltda. e considerando ser empreendimento de relevância ao  
531 desenvolvimento econômico do município de Parauapebas, podendo ser sustentado  
532 do ponto de vista sócio ambiental, desde que a empresa cumpra as condicionantes  
533 estabelecidas nos estudos apresentados e ratificados em reunião com a SEMA e nas  
534 audiências públicas realizadas. Deste modo essa Câmara Técnica resolve que as  
535 considerações expressas pela equipe técnica jurídica da SEMA devam ser  
536 transformadas em recomendações de acordo com as suas profundidades e  
537 importâncias. Ressalto ainda a necessidade e atenção tanto da empresa, quanto do  
538 município no atendimento as questões de saúde como, por parte da empresa, a  
539 construção de infraestrutura necessária, e por parte do município, a ampliação da rede  
540 de atenção primária, a partir dos programas do Ministério da Saúde tais como saúde  
541 da família, conforme aumento populacional previsto, ou seja, o incremento  
542 populacional que ocorrerá o empreendimento. Assim essa Câmara Técnica se  
543 manifesta favorável à concessão de licença ambiental pleiteada pela empresa  
544 WTORRE Parauapebas Empreendimento Residencial Ltda. **DR. RUBENS SAMPAIO:**  
545 Bom, pra gente dar andamento a proposta do Dr. Fiúza, que se vote logo aqui e no  
546 caso daria o prazo para sanear, vota condicionado à apresentação dos dois  
547 documentos que estão faltando. Se todos forem a favor. Quem for a favor, por favor,  
548 levante o braço. Votaram a favor a SAGRI, FIEPA, SECTI, SESPÁ e IDA. **DR. JOSÉ**  
549 **LEAL:** Eu só gostaria de fazer um reparo, que a licença só seja outorgada depois de  
550 ser atendida esta questão. **DR. ALEX FIÚZA:** Essa é a idéia. **DR. RUBENS**  
551 **SAMPAIO:** Então a maioria vota a favor, então a gente vai dá andamento. **DR.**  
552 **MANUEL IMBIRIBA:** Eu também reforço essa questão que nós temos órgãos de  
553 fiscalização, nós temos órgãos de controle, nós não podemos aprovar nada se não  
554 estiver dentro da lei. **DR. RUBENS SAMPAIO:** A gente poderia colocar o prazo já, se  
555 for preciso. **DR. ALEX FIÚZA:** Cabe à empresa, quanto mais rápido melhor pra ela, se  
556 não apresentar... **DR. RENATO LOBO representante da WTORRE:** A documentação  
557 que eu vou entrar hoje, o próprio CREA pede vinte dias de análise para deliberação,  
558 como está faltando duas pessoas eu pediria entre 30 a 60 dias que eu poderia me  
559 manifestar e apresentaria o quanto antes. **DR. ALEX FIÚZA:** Veja, nós estamos  
560 aprovando condicionado, o CREA aprovando está liberado, acabou. É isso a idéia de  
561 desburocratizar, é isso, entendeu? Pode ser 30,10,40. **DR. RENATO LOBO**  
562 **representante da WTORRE:** Como eu falei, as pessoas já tem seu CREA jurídico, é  
563 uma questão de prazo. **DR. ALEX FIÚZA:** Não precisa conceder prazo, quanto mais  
564 rápido melhor para. O CREA aprovando, acabou. **DR. LUIZ MOURA:** Eu gostaria de  
565 passar as mãos da mesa o relatório da Câmara Técnica de Infraestrutura. **DR.**  
566 **RUBENS SAMPAIO:** Com relação à questão, eu acho que ficou definido assim então,  
567 ficou deliberado pelo conselho 60 dias. **DR. ALEX FIÚZA:** Sem prazo. Ele apresentou  
568 a documentação e acabou. **DRA. ELIANA ZACCA:** Eu acho que tem que ter um prazo  
569 para não apresentação, para arquivar o processo. **DR. RUBENS SAMPAIO:** Eu acho  
570 que 60 dias seriam suficientes. **RENATO LOBO representante WTORRE:** Precisa de  
571 mais uma apresentação aqui Doutor? **DR. RUBENS SAMPAIO:** Eu acredito que não,  
572 os conselheiros não querem mais, até porque já foi apresentado três vezes. Então  
573 temos que virar essa página, pois nós temos outros assuntos importantes para  
574 resolver. Então ficou definido assim. Com relação à CARGIL, que é um problema que  
575 também vem se arrastando aos longos dos anos e a gente entende que o processo de

576 licenciamento no Estado hoje, ele tem que está pautado no que é importante nas  
577 questões do governo, da própria gestão do governador, porque ele tem um projeto  
578 desses quatro anos de governança e conversando com o Dr. Colares a gente discutiu  
579 muito essa questão de fatiar os processos onde justamente estão pautados os  
580 interesses do governo do Estado para resolver de imediato. E essa questão da Cargil  
581 é uma questão que a gente vem discutindo aí ao longo dos anos e a gente não pode  
582 mais. O processo se encontra aonde? Ele está na mão do MP. **LUIZ FLÁVIO (DILAP):**  
583 Está na gerência. **DR. RUBENS SAMPAIO:** Ele está aqui na nossa gerência  
584 aguardando a posição do Ministério Público. Eu acho que o conselho agora. **LUIZ**  
585 **FLÁVIO (DILAP):** Aguardamos se haverá ou não novas audiências públicas para  
586 concluir o processo. **DR. RUBENS SAMPAIO:** Sim, mas aí mesmo assim precisamos  
587 de um posicionamento do Ministério Público, mas o Conselho pode definir já essa  
588 questão **DR. ALEX FIÚZA:** Quantas audiências públicas já houve nesse caso. **LUIZ**  
589 **FLÁVIO (DILAP):** Um esclarecimento. Na realidade o que houve é que quando o  
590 processo foi protocolado, inicialmente, no estudo ambiental, na análise prévia da  
591 equipe técnica, nós entendemos que aquela área de estudo definido pela empresa,  
592 pela consultoria, não atendia o que a SEMA entendia que fosse necessário. Então o  
593 quê aconteceu? Nós devolvemos o EIA/RIMA para que refizessem a parte de  
594 dimensionar a área de influência do projeto. Ocorre que. Como foi protocolado o MP  
595 pediu sete audiências públicas dentro do prazo legal de 45 dias, mas ocorre que nós  
596 devolvemos o EIA/RIMA, então eles passaram cinco a seis meses reelaborando o  
597 estudo e protocolaram de novo. A dúvida era essa, se consideraria aquele prazo inicial  
598 estabelecido de 45 dias, quando o Ministério Público pediu dentro do prazo ou se iria  
599 considerar um novo protocolo do estudo revisado. Então nesse estudo revisado,  
600 ninguém pediu audiência pública, além daquele momento que havia sido pedido. Mas  
601 mesmo assim foi feita audiência pública em Belém, Santarém, Alenquer, salve  
602 engano, só que ficariam faltando mais quatro audiências que estariam sendo pedidas  
603 naquele momento pelo Ministério Público. **DR. ALEX FIÚZA:** Porque sete? **LUIZ**  
604 **FLÁVIO (DILAP):** Porque na visão do MP eles acham que as audiências públicas tem  
605 que abranger toda a área de influência do projeto. E no caso da SEMA, a gente  
606 entende que pelo menos seja na área de influência direta do empreendimento, não na  
607 área de influência indireta como o Ministério Público vê. E sendo assim, se for por  
608 entendimento, inclusive, da equipe técnica, as audiências já foram realizadas dentro  
609 do calendário. **DR. ALEX FIÚZA:** Dentro da SEMA tem respaldo legal, o Estado está  
610 no seu papel, decide . O Ministério Público dá corda para quem ele quiser. O Estado  
611 só não pode ficar refém. **LUIZ FLÁVIO (DILAP):** Só pra dá um complemento. A  
612 audiência que foi realizada em Alenquer já extemporânea, vamos dizer assim, a  
613 pedido do Ministério Público e mesmo assim a SEMA realizou a audiência pública,  
614 nem o próprio Ministério Público esteve presente na audiência. E a frequência do  
615 público foi tão mínima que não representou absolutamente nada em razão das outras  
616 duas que já haviam ocorrido. **Dr. ALEX FIÚZA:** Nós estamos em condição de decidir,  
617 decidamos. **Dr. LUIZ MOURA:** Uma questão pertinente aqui ao processo Cargil eu  
618 pergunto se todos os técnicos envolvidos na elaboração do EIA/RIMA da Cargil já  
619 estão com visto do CREA e registro para evitar esse problema. **LUIZ FLÁVIO**  
620 **(DILAP):** Eu acredito que não tenha sido levantado em nenhum momento essa  
621 questão com relação à CARGIL. **DR. LUIZ MOURA:** E outra coisa é só lembrar que  
622 amanhã há uma audiência pública da fábrica de cimento da VOTORANTIM em  
623 Primavera. Isso colocações, isso aí é importante também. **DR. RUBENS SAMPAIO:**

624 Bom, dentro das colocações do Luiz Flávio, que é da Diretoria de Licenciamento, eles  
625 já chegaram na parte final realmente. Então se a gente puder já aqui definir essa  
626 questão. **LUIZ FLÁVIO (DILAP):** Então, se essas três audiências já realizadas são  
627 suficientes. **Dr. ALEX FIÚZA:** Eu concordo que sim. **LUIZ FLÁVIO (DILAP):** Então,  
628 para a equipe técnica foi suficiente, não acrescentou em nada a última realizada em  
629 Alenquer e ,portanto, está só aguardando o posicionamento, se realiza ou não, mais  
630 audiências. **DR. MANUEL IMBIRIBA:** A FETAGRI acompanha esse processo da  
631 CARGIL desde o início e nós sabemos que foi um processo muito complicado,  
632 turbulento os estudos de impacto ambiental, as audiências públicas que não foram  
633 articuladas, muito desarticulado e também impediu a participação da população. Nós  
634 defendemos que seja feito um processo bastante democrático. E aí nós defendemos  
635 que sejam realizadas audiências públicas nos municípios que vão sofrer impacto do  
636 projeto, não só as três audiências públicas de Santarém, aqui e Alenquer. Sabemos  
637 que o empreendimento da CARGIL é muito grande e está se expandindo na região do  
638 Oeste do Pará, já tem menção de outras portos lá. E a FETAGRI defende que seja  
639 feita pelo menos seis audiências públicas, não só três naquela região para depois  
640 aprovar a apreciação do processo da CARGIL. **DR. RUBENS SAMPAIO:** Alguém que  
641 se manifestar, por favor. **DRA. ELIANA ZACCA:** Quantos são os municípios? **DR.**  
642 **RUBENS SAMPAIO:** Na verdade, o quê nós estamos conversando, no impacto direto  
643 só dois, Belterra e Santarém. **DR. ALEX FIÚZA:** Aonde foram realizadas essas  
644 audiências. **DR. RUBENS:** Só uma em Santarém, Belém, e Alenquer. Então, do  
645 impacto direto não foi realizado em Belterra. Então ficaria faltando só Belterra. A gente  
646 poderia colocar a questão, a proposta de fazer dentro da SEMA, um parecer da SEMA  
647 que se fizesse então em Belterra e completasse então essa questão do impacto direto.  
648 Então a proposta aqui que a gente coloca é que a gente vote essa questão aqui. As  
649 pessoas que são a favor, por favor se manifestem. Levantou o braço SAGRI, SECTI,  
650 AMOT, FAEPA, SESP. Então a maioria. Então vamos propor o agendamento da  
651 audiência o mais rápido possível dentro dos prazos legais para a gente finalizar essa  
652 questão da CARGIL. Mais alguma questão? **DR. LUIZ MOURA:** O COEMA  
653 recomenda a SEMA que verifique a regularidade dos projetos, inclusive EIA/RIMA  
654 junto ao CREA para nós não repetirmos essa reunião aqui. **DR. RUBENS SAMPAIO:**  
655 Está registrado. Mais alguma colocação? **LUIZ FLÁVIO (DILAP):** Eu quero só para  
656 reforçar, que além da Câmara técnica pertinente aonde vai ser avaliada o parecer da  
657 equipe técnica da SEMA, que submeta também a Câmara jurídica do próprio COEMA  
658 para verificar a questão da legalidade, de existência ou inexistência dos tais  
659 documentos. É um reforço do próprio Conselho, não vai submeter ao plenário do  
660 Conselho se não tiver os devidos documentos anexados ao processo. **DR. LUIZ**  
661 **MOURA:** Vai transferir para o COEMA a análise protocolar do processo? **LUIZ**  
662 **FLÁVIO (DILAP):** Vai submeter à Câmara Jurídica para ver se nesse caso está  
663 faltando ou não. **DR. RUBENS SAMPAIO:** Pode ser uma conferência, uma  
664 apreciação. **DR. ALEX FIÚZA:** É uma questão administrativa. Não pode está na pauta  
665 se não estiver resolvido isso, quando vem para pauta, supõe-se que já está resolvido,  
666 é administrativo. **DR. RUBENS SAMPAIO:** Com relação às atas, nós colocamos  
667 aí através de e-mail e passou para assinatura. Nós aprovamos as atas e depois  
668 fazemos as correções. Todo mundo aprovou? **DRA. ELIANA ZACCA:** Uma nova  
669 recomendação é que nas próximas atas, elas não sejam literais, elas sejam sintéticas.  
670 **DR. RUBENS SAMPAIO:** Mais sintéticas. **DRA. ELIANA ZACCA:** Porque ali está  
671 literal. **DR. RUBENS SAMPAIO:** Então vamos acatar aqui essa proposta. Alguém que

672 se manifestar, por favor. Para a gente fazer o encerramento. **DR. JOSÉ LEAL:** Bom,  
673 eu gostaria de pedir ao Dr. Rubens, se fosse possível, que fosse distribuído aos  
674 Conselheiros cópia do projeto de reestruturação da SEMA, que deveria, porque está  
675 sendo encaminhado para ALEPA para discussão e se for o caso. Bem como, o  
676 projeto de reestruturação do COEMA, que a Dr. Teresa no ano passado destacou que  
677 ela tinha uma proposta para fazer uma melhor apresentação por representatividade do  
678 COEMA no Estado. Então eu gostaria muito de ter acesso a essas duas propostas, até  
679 porque é fundamental que o COEMA se manifeste nessa questão. Então eu gostaria  
680 muito de ser atendido, e eu tenho certeza que os Conselheiros concordam com essa  
681 reivindicação. **DRA. ANDRESSA ANDRADE (SECRETARIA EXECUTIVA DO**  
682 **COEMA-SEMA):** Doutor, a respeito dessa questão de projeto de reestruturação do  
683 COEMA, ficou em suspenso até fazer uma equipe de estudo, uma forma pra mudar a  
684 resolução do Coema, inclusive nós estávamos conversando com doutor Alex, ele  
685 comentou essa questão do horário que é uma cultura. E hoje não iniciou as 9:00h,  
686 porque o doutor já estava lá em cima aguardando só o quorum que exige o mínimo  
687 sete presentes, sete conselheiros. Então isso é realmente uma questão de mudar a  
688 resolução que rege essa questão da reunião do Coema. Então talvez sugiro a outros  
689 conselheiros fazer uma proposta de unir, e um estudo para a gente fazer essa  
690 alteração. Esse projeto de reestruturação ficou realmente em suspenso devido ao  
691 projeto de reestruturação da SEMA, que aí depois que houvesse as alterações a gente  
692 alteraria essas resoluções. **DR. LUIZ MOURA:** Na ata da 45ª reunião, nas linhas 44 a  
693 47, fala exatamente da composição de uma Câmara Técnica para o estudo da revisão  
694 e adequação do regimento interno e o meu antecessor, doutor Justiniano, foi indicado  
695 para essa Câmara Técnica, eu conversei com ele na sexta-feira passada e ele disse  
696 que não houve reunião nenhuma, realmente a Câmara Técnica foi formada mais não  
697 reuniu, então seria bom a gente pensar em uma reestruturação da Câmara Técnica  
698 para poder trabalhar, porque não existe a Câmara Técnica oficialmente formada. **DR.**  
699 **RUBENS SAMPAIO:** Respondendo ao doutor Leal, referente essa questão do projeto  
700 de reestruturação da SEMA, ele não chegou a ser encaminhado para a ALEPA, ficou  
701 na mão do governador até aguardando as mudanças nessa questão do secretariado e  
702 passando para a questão da SEMA, as mudanças na SEMA. Esse projeto de  
703 reestruturação, hoje encontrasse nas mãos do doutor Colares, ele está fazendo uma  
704 avaliação para ver o que ainda pode ser aproveitado, em função inclusive da lei  
705 complementar 140, do governo federal, onde passa determinadas atribuições do IBAMA  
706 para a SEMA. Então a gente tá fazendo uma avaliação, ele particularmente tá  
707 fazendo, vai passar para a equipe da SEMA pra gente discutir rapidamente isso, para  
708 que se enquadre dentro da proposta do próprio gestor, que hoje é ele o doutor  
709 Colares. Então a gente já teve uma conversa sobre isso, provavelmente amanhã, a  
710 gente vai estar tratando especificamente pela manhã já ficou agendado com o doutor  
711 Colares, para a gente ficar tratando especificamente sobre a questão da  
712 reestruturação, mas vou levar para ele essa questão dessa proposta de que seja  
713 encaminhada a todos os conselheiros a minuta, provavelmente com as alterações  
714 feitas por ele, está bom doutor? Por uma questão de a gente cumprir essa demanda.  
715 **DR. JOSÉ LEAL:** Doutor Rubens, eu considero fundamental essa questão dos  
716 conselheiros, dessa corte aqui, de certa forma analisar essa questão, até antes  
717 mesmo de ser encaminhado ao governador, eu acho fundamental que a gente tenha  
718 essa prerrogativa, pois quem sabe muitas pessoas experientes aqui possam colaborar  
719 até em alguma operação se for necessário. Eu gostaria que fosse, não só solicitado,

720 mas levado essa mensagem que o conselho, pelo menos um conselheiro, gostaria  
721 muito de conhecer a proposta antes de ser encaminhada. **DR. RUBENS SAMPAIO:**  
722 Eu vou levar isso aí amanhã de manhã e vou formalizar inclusive a resposta dessa  
723 demanda que foi colocada agora, mas *a priori* doutor Leal, a gente tem um  
724 entendimento de que realmente a gente precisa de muitas cabeças para pensar, a  
725 gente tem trabalhado aqui muito na SEMA não só com nosso quadro técnico, a nossa  
726 equipe técnica aqui, mas a gente sempre tem feito as parcerias com o setor produtivo,  
727 com os sindicatos, com os órgãos das outras instituições governamentais, geralmente  
728 onde está ligado aos temas que a gente vem tratando aqui das modificações da parte  
729 legal e a gente vem fazendo esses ajustes na legislação estadual, nas questões das  
730 instruções normativas, decretos e portarias e a gente tem chamado para compor os  
731 parceiros e eu acho que o COEMA é o maior parceiro que a SEMA tem para estar  
732 tratando essas questões principalmente no que se diz respeito a administração  
733 pública, então eu vou levar para o doutor Colares amanhã de manhã já essa proposta  
734 e dizer para ele que eu já me comprometi de a gente dar uma resposta oficial, está  
735 bom? **DR. JOSÉ LEAL:** Muito obrigado. **DR. RUBENS SAMPAIO:** Mais alguém quer  
736 fazer alguma colocação? Então eu só agradeço e peço desculpa pela questão do  
737 atraso e realmente o doutor Fiúza tem toda razão, a gente tem sofrido em todas as  
738 reuniões do COEMA desde 2011, quando a gente assumiu a administração aí junto  
739 com a doutora Teresa, a gente tem aqui sofrido com relação à questão do horário,  
740 mas a gente vai mandar a proposta também, vamos ficar abertos a novas propostas  
741 de modificação, essas questões de horários e outras coisas que vierem mais  
742 pertinentes. Eu agradeço a todos e tenham um bom dia e muito obrigado.

743

744

745